



Dobradinha com o futebol se multiplica

Patrocínio de apostas se tornou uma importante fonte de receita para os clubes brasileiros. Parceria levanta, porém, questões sobre ética e impacto social das bets

» FERNANDA STRICKLAND
» PEDRO JOSÉ*

Nos últimos anos, o mercado de jogos de apostas on-line e esportivas tem experimentado um crescimento exponencial, especialmente no Brasil. Com isso, os patrocínios de apostas têm se tornado uma parte importante do cenário financeiro dos clubes de futebol brasileiros. Esses acordos não apenas fornecem uma injeção significativa de dinheiro, mas atraem atenção e visibilidade para as marcas envolvidas, evidenciando o crescimento deste mercado no país. Dos 20 times da série A, 15 tem como patrocinador master alguma casa de aposta esportiva.

Os patrocínios de apostas no futebol são acordos comerciais em que casas de apostas pagam aos clubes para exibir suas marcas em locais de destaque, como as camisas dos jogadores. Esses contratos são frequentemente multimilionários e ajudam os clubes a financiar operações, incluindo a contratação de atletas e investimentos em infraestrutura.

O investimento que as empresas de apostas fazem em eventos esportivos é alto. Em 2024, o Flamengo anunciou a Pixbet como sua nova patrocinadora master. O acordo de dois anos garantirá ao clube R\$ 170 milhões, ou R\$ 85 milhões por temporada. Esse é um dos maiores contratos de patrocínio do futebol brasileiro, refletindo a importância crescente das apostas no financiamento dos clubes.

Outro exemplo é o São Paulo, que terá a Superbet como patrocinadora principal em 2024, com um contrato de três anos que renderá R\$ 52 milhões por temporada. No ano passado, o Botafogo firmou um contrato de dois anos com a Parimatch, que pagará R\$ 27,5 milhões por temporada. Já o Cruzeiro assinou um contrato de dois anos com a Betfair no início de 2023, garantindo R\$ 25 milhões anuais. A renovação do contrato do Fluminense com a Betano, em julho de 2022, é estimada em R\$ 20 milhões por ano até 2025.

Frequentemente usados de forma intercambiável, os termos “apostas esportivas” e “apostas on-line” se referem a categorias diferentes de jogos de azar. O primeiro envolve prever o resultado de eventos específicos. Casas de apostas, como Pixbet, Superbet e Betfair, oferecem *odds* e mercados para uma variedade de esportes, desde futebol e basquete até aqueles menos populares. Como o foco está em antever o placar, esses patrocinadores estão frequentemente associados a clubes de futebol e outros esportes.

O termo aposta on-line, por sua vez, é mais amplo e inclui qualquer forma de jogo realizado na internet, não se limitando a eventos esportivos. Isso pode abranger cassinos virtuais, roletas e outros jogos de azar. As casas de apostas on-line podem, portanto, oferecer uma gama diversificada de produtos, não se restringindo apenas às apostas esportivas.

Embora apostas esportivas e apostas on-line sejam distintas, elas estão interligadas no sentido de que muitas casas de apostas operam em ambas as categorias. Por exemplo, uma empresa como a Betfair pode oferecer apostas esportivas e também ter uma plataforma de cassino virtual. Os patrocínios frequentemente se concentram nas apostas esportivas, especialmente quando associadas a eventos de alta visibilidade como o futebol.

Segundo a diretora de expansão internacional da CAF (startup

Plataformas esportivas on-line

Quando falamos de plataforma esportiva de apostas on-line, a Betano é a mais utilizada, seguida por Bet365 e Esportes da Sorte

Betano	67%
Bet365	48%
Esportes da sorte	38%
Sportingbet	32%
Blaze	28%
SuperBet	24%
Betfair	21%
VaideBet	19%
BetWay	14%
Outros	4%

Qual mais se utiliza?

Betano	33%
Esportes da sorte	17%
Bet365	17%
Sportingbet	12%
Blaze	8%
VaideBet	5%
SuperBet	3%
Betfair	2%
Outros	2%
BetWay	1%

Mais da metade dos apostadores fazem apostas ao menos uma vez na semana

Diariamente	13%
Semanalmente	38%
Mensalmente	16%
Eventualmente	21%
Raramente	12%

de biometria facial e identificação brasileira), Emma Lindley, o *Gambling Act* de 2005 ampliou a legislação sobre jogos de azar da década de 1960, introduzindo a UK Gambling Commission (UKGC) como uma nova autoridade reguladora e implementando um sistema de licenciamento atualizado. “A lei se concentrou em três objetivos principais: prevenir a atividade criminosa no jogo, garantir que o jogo seja conduzido de forma justa e transparente e proteger crianças e indivíduos vulneráveis de possíveis danos potenciais nas apostas”, explicou em entrevista ao *Correio*.

“À época, pouquíssimos mercados haviam regulamentado as apostas esportivas e o Reino Unido não tinha muitos exemplos em todo o mundo para estruturar a nova regulamentação. O principal desafio foi equilibrar o crescimento do setor de *gambling*, garantindo que as regulamentações fossem rigorosas o suficiente para evitar danos relacionados a esse tipo de jogo e que a receita tributária adequada fosse definida sem afastar as operadoras”, disse a britânica.

Quando questionada sobre quais lições aprendidas no Reino Unido poderiam ser aplicadas ao contexto brasileiro, Lindley destacou que é provável que a regulamentação precise ser adaptada e não estará certa na primeira vez. “É importante ficar atento à evolução do setor e ao funcionamento das regulamentações, e estar preparado para fazer os ajustes necessários. A autoexclusão, o *match fixing* (manipulação de resultados), a avaliação da acessibilidade econômica e a publicidade foram tópicos importantes no Reino Unido e tiveram um foco adicional desde a introdução do regulamento original em 2005”, pontuou.

“Atualmente, os cassinos e as empresas de apostas patrocinam camisas de futebol e outros



Futebol é o esporte com maior concentração das apostas (77%), e Cassino (jogos de slots) soma 50% de pessoas que apostam

Futebol	77%
Cassino (jogos de slots)	50%
Cassino ao vivo (cartas, poker, blackjack)	25%
Basquete (NBA, NBB ou Euroleague)	21%
Vôlei	20%
Outros	2%

As redes sociais são a principal fonte de atualização sobre notícias e eventos relacionados às apostas esportivas, seguido de sites de notícias esportivas

Redes sociais	71%
(Instagram, Telegram, TikTok, Facebook, influencers) Sites de notícias esportivas	62%
TV aberta	36%
E-mails promocionais das plataformas	26%
Outros	1%

Fonte: Sociedade Brasileira de Varejo e Consumo



Vamos discutir como as regulamentações impactam o setor e como o marketing pode ser usado de forma positiva para promover o jogo recreativo de maneira saudável, evitando excessos e vícios”

Fátima Bana, executiva de marketing e negócios

aspectos em eventos esportivos. A publicidade é uma das áreas que foram revisadas desde a introdução da regulamentação de jogos de azar no Reino Unido e, em 2023, o governo concluiu uma consulta com o setor para revisar a extensão da publicidade em todo o setor”, observou a diretora.

Regulamentação

Os patrocínios de apostas têm se mostrado uma fonte vital de receita para muitos clubes de futebol, ajudando a cobrir despesas e financiar operações. No entanto, eles também levantam questões sobre a ética e o impacto social das apostas. A influência das casas de apostas no futebol pode levar a debates sobre o equilíbrio entre benefícios financeiros e as responsabilidades sociais associadas ao jogo.

A medida que os clubes continuam a negociar acordos significativos com casas de apostas, é

crucial observar como esses patrocínios afetam o esporte e a sociedade. A transparência e a responsabilidade na promoção e operação de apostas serão essenciais para garantir que os benefícios financeiros não venham à custa de práticas prejudiciais.

Para a executiva de marketing e negócios Fátima Bana, fundadora e líder na Rent, o mercado de apostas esportivas no Brasil está em crescente ascensão, e a regulamentação desse setor é fundamental para garantir um desenvolvimento sustentável e responsável. “Recentemente, diversas portarias foram publicadas para orientar a exploração das apostas de quota fixa (incluindo apostas esportivas e jogos on-line). Por isso, vamos discutir como essas regulamentações impactam o setor e como o marketing pode ser usado de forma positiva para promover o jogo recreativo de maneira saudável, evitando excessos e vícios”, afirmou Bana.

“Uma dessas portarias interministeriais estabelece que a Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda é responsável por autorizar a exploração comercial das apostas de quota fixa”, emendou.

Segundo a especialista, há outra portaria que detalha as regras e condições para que agentes econômicos privados possam obter autorização para explorar comercialmente as apostas de quota fixa em todo o Brasil. “Essas medidas são essenciais para criar um ambiente seguro e controlado para as apostas esportivas, protegendo operadores e apostadores”, disse. “Com essas regulamentações em vigor, é possível criar campanhas que incentivem o jogo responsável e recreativo, minimizando os riscos de vício”, frisou.

*Estagiário sob a supervisão de Andreia Castro

Brasil S/A
por Antonio Machado



machado@cidadebiz.com.br

Apaga e faz de novo

A falta de correspondência entre as pesquisas de intenção de voto nas eleições municipais de outubro, a popularidade do governo e a taxa de desemprego de 6,8% em agosto, vindo de 13,7% em igual mês de 2021, 9,1% em 2022 e 7,9% no ano passado, explicam a tensão nas cúpulas do governo, do Congresso e dos partidos.

O desempenho da economia, pelo padrão do passado recente, deveria impulsionar os candidatos da base governista, mas nas 21 capitais onde há pesquisas de voto, o PT divide a liderança apenas em Porto Alegre. Nas demais, candidatos a prefeito dos partidos de direita ou de centroesquerda estão na frente, exceto em São Paulo, onde o PSol, coligado ao PT, está parêlo com o prefeito Ricardo Nunes, apoiado por Bolsonaro, e um outsider mais radical do que ele.

Curiosamente, as principais disputas são entre nomes de centro-direita e centroesquerda, sem influência ativa seja de Bolsonaro ou de Lula, contrariando a expectativa da polarização e do poder das máquinas dos governos federal e dos estados. O que acontece?

Eleito com margem apertada de 2,12 milhões de votos sobre Jair Bolsonaro, provavelmente graças ao apoio que recebeu dos eleitores da chamada “3ª via”, o presidente Lula parece ter subestimado a força da maioria conservadora do Congresso, que sempre existiu, mas se compunha com o governante de turno em troca de verbas das emendas à lei orçamentária e cargos na administração.

Quando as emendas começam a se tornar obrigatórias nos governos Dilma em diante, e o Congresso passou a pilotar a Casa Civil na gestão Bolsonaro — sendo esse o preço que pagou para não sofrer um processo de impeachment devido a seu comportamento bisonho na pandemia da covid —, o equilíbrio entre os poderes se dissolveu.

Não só o Congresso se uniu, até com parlamentares de esquerda, na defesa de seu quinhão volumoso do Orçamento federal, mas também o governo carece de uma equipe mais diversa e experiente como Lula dispôs entre 2003 e 2010, sobretudo nas duas áreas mais críticas — a interlocução política com a maioria conservadora parlamentar e a gestão da economia, além de sua interação com o setor privado.

Arcabouço da rosca sem fim

Tais disfuncionalidades desembocam no Orçamento, que está há 11 anos deficitário, implicando três únicas possibilidades: ou corta despesas ou aumenta impostos ou um combinado de ambas as saídas. Nenhuma é fácil e fica mais difícil com o governo e a oposição convencidos de que não se ganha eleição sem programas sociais para baixo e subsídios para cima na pirâmide de renda. Não funciona.

A economia precisa de crescimento, dependente de investimentos de origem privada e, subsidiariamente, pública, com custo acessível, o que ocorre da taxa de juro de política monetária, vulgo Selic, compatível com a rentabilidade dos projetos empresariais e com a trajetória da inflação. É onde se encaixa o ajuste fiscal, que a equipe econômica do governo pretende fazer com aumento de tributos — e foram R\$ 238 bilhões só este ano de arrecadação adicional.

Só que o processo de ajuste puxado por impostos é tipo rosca sem fim, já que mais de 90% da despesa federal cresce acima do ritmo da arrecadação tributária. E a despesa segue se expandindo com os novos programas bem-intencionados, mas sem cobertura financeira.

No desespero para conciliar vontades políticas com promessas de equilíbrio fiscal aos detentores dos papéis de dívida do Tesouro Nacional — que chegou a 78,5% do PIB em julho, vindo de 74,42% em dezembro passado —, o governo enviou na sexta-feira, na maciota, outro projeto de lei propondo mais aumento de carga. É *no uay*, protestou desta vez a Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Caras e bocas de 'pedalada'

Em nota, a CNI afirma que decidiu posicionar-se “terminantemente contra o novo aumento de carga tributária” e que o setor produtivo “irá trabalhar para, definitivamente, frear a sanha arrecadatória pela qual o país passa recentemente”. Não se aumentam os impostos quando o próprio governo patrocina um programa maciço de obras de infraestrutura, além de ter anunciado que não mexeria na carga, que já é gigantesca, algo como 32% do PIB, pela Receita. Ou mais.

Foi apropriada a galhofa da tributarista Maria Carolina Gontijo, em seu último post no X antes de que a rede fosse desligada por ordem do ministro Alexandre de Moraes: “1 minuto de silêncio em respeito ao falecimento da narrativa do ‘não propomos aumento de impostos e sim correções de distorções’”. Antes fosse piada. É mais sério.

O projeto de lei enviado ao Congresso propõe aumentar a CSLL de bancos e empresas em geral e mais o IR na fonte sobre os juros sobre capital próprio (nome da distribuição de lucro da parcela de capital investida pelos próprios acionistas). E isso por quê?

Porque o projeto de Lei Orçamentária para 2025 enviado ao exame e voto do Congresso embute um déficit estrutural não coberto apenas com o que a área econômica diz que fará: pente-fino sobre gastos possivelmente desnecessários ou fraudados. Isso não é ajuste. Isso é obrigação banal de todo administrador, público e privado.

No fim, o aumento de impostos que, muito provavelmente, não passará no Congresso se assemelha a uma pedalada sancionada em lei.

O governo tem opções à mão

O que mais incomoda é que o governo tem opções tanto para o Banco Central se desvencilhar da cilada dos juros altos — ainda mais com um novo presidente indicado, Gabriel Galipolo, o melhor quadro à disposição de Lula para uma função desgastada e sensível, quanto para revolucionar a atenção social sem esgarçar o orçamento.

A modelagem de uma infraestrutura pública digital, com softwares abertos, estrutura de pagamentos do Pix, logística dos Correios e população quase toda digitalizada, tem potencial de criar mercados e empregos emulando o sucesso tecnológico da Índia. Falta decisão.

Não dá é para achar que elevar para 47% o ônus do IR e CSLL dos bancos não vá onerar o crédito. Ou que não terá consequências nefastas, como diz a CNI, elevar “a tributação sobre a renda corporativa dos atuais 34%, já destoantes da prática internacional, para 35%”. É o que quer a Fazenda. E isso distanciará “ainda mais o Brasil da tributação da renda corporativa média dos países-membros da OCDE, de 23,6%”, segundo a CNI. O presidente ouviu uma segunda opinião?

A combinação de gasto deficitário com a obsessão de taxar, diz o economista André Lara Resende, vai destruir a economia. Um setor relevante do empresariado protestou duro. Que a política escute.